

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*MARIA REGINA DÔ NASCIMENTO BRITO — *Directora Executiva*ETEVALDO DIAS — *Director (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Director de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

Caminho Mais Curto

O presidencialismo é um sistema de governo que, como o próprio nome faz saber, concede preeminência ao presidente da República mas não elide a responsabilidade política do Congresso na sua atribuição legislativa. Desde que a Constituição de 88 aboliu o decreto-lei, aumentou a cota do Congresso na elaboração de leis para atender às necessidades de governo. No regime democrático, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário são os poderes que, mantendo a independência, funcionam de maneira harmônica na prática.

Este é o segundo governo sob a Constituição de 88, e o primeiro limitado, do primeiro ao último dia, pela supressão do decreto-lei. Depois do impulso inicial de governar por Medidas Provisórias, o presidente Fernando Collor abdicou dessa prerrogativa que dificultou as suas relações políticas com o Congresso, onde não dispõe de maioria para supri-lo de normas capazes de modificar o padrão administrativo emperrado.

Só agora, com o reconhecimento da necessidade de exercer plenamente suas atribuições políticas nas relações com o Legislativo, o governo reformou seus métodos e hábitos. A premissa de um novo relacionamento com o Congresso ainda não gerou na representação política nacional a contrapartida que se traduza em ação comum. O governo Collor não encontrou os sinais de boa vontade pelo gesto de abdicar das Medidas Provisórias que tanto melindram o Legislativo. Falta até mesmo o empenho de debruçar-se no exame das leis propostas pelo Executivo para arrancar o Brasil de uma inércia burocrática que amortece todas as iniciativas.

A circunstância de ser este um ano de eleição municipal não é suficiente para justificar a falta de ritmo legislativo. Tudo indica que o Congresso ainda se explica com a indiferença com a qual dá a entender que a falta de ação parlamentar é atitude contra o governo, e não contra a própria natureza do presidencialismo, além de prejudicial à credibilidade democrática. Os ministros têm preconizado

a mobilização de forças políticas para votarem, antes do recesso do meio do ano, as leis que desregulam a atividade portuária, definem um sistema de patentes para efeito de atrair capitais estrangeiros e balizam a reforma fiscal sem a qual a nação patinará na recessão.

A opinião pública está farta de saber que as atuais normas de operações portuárias precisam ser arquivadas para que a economia brasileira tenha presença internacional competitiva, como exportadora ou produtora. Não é possível engordar importações e exportações com a demora que onera irracionalmente os custos de umas e outras. Essa atribuição é do Congresso, nos termos de responsabilidade que a Constituição lhe deu. O Executivo pediu e espera, mas o Legislativo não concede nem nega a desregulamentação de uma atividade que gerou levas de pelegos.

A pirataria em matéria de desconhecimento de patentes internacionais pode ter parecido útil, mas já se tornou contraproducente: o Brasil começa a ser vítima do mesmo desrespeito no Mercosul, que é o nosso primeiro universo de comércio externo na nova divisão do mundo. A reforma fiscal tem um conteúdo político extraordinário, e muito a ver com a própria democracia no que depende da modernidade tão retardada pela inércia legislativa. A Constituição vai completar quatro anos a 5 de outubro, mas não tem reserva retórica para se agüentar sem produzir efeitos igualmente econômicos, políticos e sociais. É isto que o Congresso tem que entender: ou concede os instrumentos que o Executivo reclama, ou assume perante a História a responsabilidade por uma inércia que não tem mais pretextos depois que o governo modificou sua posição, reconheceu a política como indispensável à relação entre os Poderes e tomou a iniciativa de passar da palavra à ação.

A nação espera que o Congresso entenda que este é o caminho mais curto para o progresso e a democracia se distanciarem do passado, do atraso e de tudo que retardou a modernidade.